



A CONCEPÇÃO DE LÍNGUA E DE IMAGINÁRIO NAS VISÕES DE PÊCHEUX E CASTORIADIS

Marcelo Lima Calixto¹

Resumo: Ao discutir temas como o pensamento, a vida cotidiana, a percepção e a expressão, Castoriadis evidencia a relevância da linguagem na construção social da realidade, concebendo-a como o mais importante sistema de sinais da sociedade humana. Já para Pêcheux, a Análise do Discurso (AD) tem como objeto de estudos o discurso, a língua em funcionamento, a língua produzindo sentidos, ou seja, a língua para a AD é construída pela história, o que necessariamente implica entender que a língua contém um sujeito que se constitui a partir de uma formação ideológica, de um domínio de saber, entre outras inferências que esse outro olhar sobre a língua traz para os estudos da linguagem.

Palavras-chave: Língua; imaginário; discurso; sentido.

Abstract: When discussing topics such as thought, everyday life, perception and expression, Castoriadis highlights the relevance of language in the social construction of reality, conceiving it as the most important system of signs in human society. For Pêcheux, Discourse Analysis (DA) has discourse, as its object of studying language in operation, the language producing meanings, that is, the language for DA is constructed by history, which necessarily implies understanding that the Language contains a subject that is constituted based on an ideological formation, a domain of knowledge, among other inferences that this other look at language brings to language studies.

Keywords: Language; imaginary; speech; sense.

Introdução

Dois conceitos básicos nortearão o nosso artigo: a concepção de língua e a concepção de imaginário.

Michel Pêcheux é um pensador que, por sua reflexão sobre a língua, encadeou um diálogo com Ferdinand de Saussure. Através de uma leitura crítica das teses de Saussure apresentadas no Curso de Linguística Geral (CLG) 1995), Pêcheux pode eleger aquilo que na teoria do fundador da Linguística moderna permitiria avançar na reflexão acerca de seus problemas específicos e descartar aquilo que se apresentava, segundo seu ponto de vista, como inadequações ao tratamento da língua sob uma perspectiva materialista.

As leituras que Pêcheux (1997) fez de Saussure e do CLG, no entanto, nem sempre se aproximaram. Isso é perfeitamente compreensível se temos em conta que são pensadores de países distintos, que produziram em épocas distintas e dialogaram com diferentes referenciais.

Traremos para esse trabalho as contribuições de Castoriadis (1982) a partir de suas reflexões sobre linguagem, além dos estudos desenvolvidos por ele sobre a noção de imaginário.

¹ Doutor. Professor de Português e Literatura EBTT 40h DE Imaginário no Livro Didático. IFRS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS)).

Entendemos também que a visão de Pêcheux sobre imaginário tenha muito a contribuir para o desenvolvimento de nosso trabalho.

Língua e imaginário

Pelo final dos anos 60 do século passado, surge na França a possibilidade de pensar a relação entre o linguístico e o chamado extralinguístico, como uma relação histórica e constitutiva do processo linguístico e que entende o discurso como um efeito de sentido, concebendo-o em sua materialidade, e que em vez de promover o apagamento ou o silenciamento da opacidade constitutiva da língua, permite a reflexão sobre os diferentes efeitos de sentido construídos em torno dessa opacidade.

O maior representante dessa linha de pensamento é Michel Pêcheux, que em suas primeiras reflexões nos possibilita uma visão de língua não mais voltada para sua função, mas para seu funcionamento discursivo. Essa idealização discursiva permite a Pêcheux (1997) raciocinar sobre a natureza desse funcionamento e assegurar que ele não é totalmente linguístico, pois também tem relação direta com suas condições de produção. Sendo assim, a Análise do Discurso (AD) institui seu modo particular de análise, que se realiza no encontro da língua (como materialidade) com a ideologia (parte constituinte da própria língua) no trabalho coletivo de produção do sentido.

A AD tem como objeto de estudos o discurso, a língua em funcionamento, a língua produzindo sentidos, ou seja, a língua para a AD é construída pela história, o que necessariamente implica entender que a língua para a análise do discurso contém um sujeito que se constitui a partir de uma formação ideológica, de um domínio de saber, entre outras inferências que esse outro olhar sobre a língua traz para os estudos da linguagem.

Essa concepção discursiva permite a Pêcheux refletir sobre a natureza desse funcionamento e afirmar: “que este funcionamento não é integralmente linguístico, no sentido atual desse termo e que não podemos defini-lo senão em referência ao mecanismo de colocação dos protagonistas e do objeto de discurso, mecanismo que chamamos “condições de produção” do discurso. (Ibid., p.78)”.

Dessa forma, a AD instaura seu modo particular de análise que não é nem linguístico, nem sociológico, nem histórico: situa-se exatamente no ponto não preenchido pela Linguística (que só se ocupa da língua) e muito menos pelas Ciências Sociais (que se ocupa do

extralinguístico), no ponto em que ocorre o encontro da língua (como materialidade) com a ideologia (constitutiva da própria linguagem), no trabalho conjunto de produção do sentido.

No entendimento de Paul Henry (1990) a relação palavra – significado – referência é sempre inserida pelo imaginário, atravessada pelo ideológico e estabilizada por um discurso. Para a AD, a língua é vista como a possibilidade de materialização do discurso, entretanto essa forma material da língua apresenta resistência, opacidade, com suas diferentes possibilidades de produzir sentido, como estrutura e como acontecimento.

É Pêcheux que introduz, na AD, questões relativas às discursividades que rompem com um certo universo determinado de sentidos, ao produzirem um fato histórico, “Todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo, se deslocar discursivamente de seu sentido para derivar para um outro (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente). (Pêcheux, 2002, p. 53)”.

O autor denomina acontecimento discursivo essas formulações que passam a deslocar-se do cristalizado para o novo, ou seja, passam a produzir novos sentidos, uma vez que os sentidos de um enunciado são pontos de deriva que podem se tornar outro. Surge daí a noção de sujeito-efeito, pois “As “coisas-a-saber” coexistem assim com objetos a propósito dos quais ninguém pode estar seguro de “saber do que se fala”, porque esses objetos estão inscritos em uma filiação e não são o produto de uma aprendizagem; (...) (Ibid., p.55)”.

Para Pêcheux, o acontecimento discursivo está diretamente ligado à produção de enunciados, ou seja, a aparente estabilidade do universo semântico, anteriormente construído, rompe-se ao manter contato com determinado acontecimento histórico, instaurando-se assim, a possibilidade de produzirem-se novos enunciados, até então ignorados na construção discursiva desse acontecimento, uma vez que o discurso tem a sua própria semanticidade.

Ao ser vista não só como estrutura, mas também como acontecimento, a língua possibilita que se tenha dela uma concepção, não só do que é possível ser dito, mas também do impossível, do real da língua, que de acordo com Pêcheux:

Supor que, pelo menos em certas circunstâncias, há independência do objeto face a qualquer discurso feito a seu respeito, significa colocar que, no interior do que se apresenta como o universo físico-humano (coisas, seres vivos, pessoas, acontecimentos, processos...), “há real”, isto é, pontos de impossível, determinando aquilo que não pode ser “assim”. (O real é o impossível... que seja de outro modo).
Não descobrimos, pois, o real: a gente se depara com ele, dá de encontro com ele, o encontra. (Ibid., p.55).

Dessa forma, na visão de Pêcheux, só é possível alcançar o real da língua através dos lapsos, dos equívocos, da ambiguidade. A língua, nas investigações da AD, aceita o lapso, o equívoco, a ambiguidade, que deixam de ser um defeito, um problema que deva ser consertado, e passam a ser uma possibilidade de manifestação real da língua. Sendo assim, as concepções de língua e de discurso foram sendo aprofundadas na AD, de modo que o deslize, a falha e a ambiguidade passam a ser considerados como elementos constitutivos da linguagem.

A partir disso, o campo do interdito, daquilo que era impensado nos estudos linguísticos como uma possibilidade de produção de efeitos de sentido, passa a fazer parte dos estudos da linguagem: [...] trata-se de encontrar, com ou sem a ajuda das ciências da natureza, os meios de obter um resultado que tire partido da forma, a mais eficaz possível (isto é, levando em conta a esgotabilidade da natureza) dos processos naturais, para instrumentalizá-los, dirigi-los em direção aos efeitos procurados. (PÊCHEUX, 2002, p. 30).”

Entende-se, dessa forma, que a língua não é transparente, que ela possui resistência, que efeitos de sentido se cruzam num mesmo enunciado, pois esses sentidos se dão no intervalo construído entre os sujeitos da interlocução. Esse intervalo é que possibilita as diferentes interpretações, pois o que é dito nunca é tudo, embora exista um direcionamento do sentido. A própria língua apresenta falhas que possibilitam a fuga desse direcionamento de sentido. Concomitantemente ao fato de a língua possibilitar ao sujeito ter ilusão da determinação do sentido, ela torna-se resistente à determinação desse sentido, uma vez que sua materialidade é também histórica e, dessa forma, dessa resistência, pode-se ter acesso ao outro e ela, resistência, manifesta-se sob a forma de equívoco, de lapso, de mal entendido.

Na AD, os equívocos não constituem um problema que precisa ser resolvido, uma vez que são constitutivos da língua, são uma forma de resistência própria da ordem da língua. Deste modo, a língua acaba comportando em si mesma o lugar da falta, possibilitando assim, o deslizamento de sentidos. É na ambiguidade que os equívocos terão visibilidade e o estudo do equívoco torna-se um ponto importante de análise da língua, uma vez que é ele que permitirá o acesso à dimensão discursiva.

É por intermédio dessa ambiguidade, resultante dos equívocos, que se pode perceber que a autonomia da língua é relativa, pois os diferentes efeitos de sentido produzidos pelo equívoco vão se manifestar no ponto de conflito entre língua e história, onde a história dá visibilidade aos efeitos de sentido e a língua tenta contê-los.

O equívoco é um elemento essencial para o estudo da língua em AD. Para Pêcheux, o equívoco aparece exatamente como o ponto de convergência entre o impossível (linguístico) e a contradição (histórico), ou seja, é o ponto de encontro da língua com a história. Ele trata o equívoco como um fato linguístico.

A AD preocupa-se com a forma como a língua trabalha, com o funcionamento linguístico, com *o como foi dito e não o que foi dito*. Ela busca a significação, não o que o texto quer dizer, mas como ele faz para dizer, por isso a linguagem é considerada em sua opacidade, pois a relação linguagem – mundo – pensamento não é única. Para Pêcheux, olhar para a língua do lugar da AD precipita uma mudança de terreno, ou seja, afasta-se do formalismo e do empirismo.

Na AD trabalha-se com um sujeito afetado pela história, interpelado pela ideologia inconscientemente, identificado a uma Formação Discursiva, a partir do qual se estabelece o sentido para aquilo que é dito. Pêcheux presume um sujeito constituído na materialidade específica da língua, para ele a língua não é a expressão do pensamento, mas a materialidade linguístico-discursiva através da qual se constitui o sujeito, ou seja, a língua é parte integrante da constituição do pensamento: a língua não é criada do pensamento, mas sua mestra. A AD conceitua a língua em sua autonomia relativa, pelo fato de que ela assinala um nível de funcionamento discursivo que não é independente das formações ideológicas.

A autonomia nesse nível é relativa, pois acontece também na produção – interpretação do sentido, a intervenção de fatores extralinguísticos, tais como o sujeito produtor do discurso, o ambiente sócio histórico e a situação imediata da interlocução. Dessa forma não se pode precisar, a princípio, os limites entre o que advém das formações discursivas e o que advém da língua na produção dos sentidos.

Em AD, o sentido não é regulado através da esfera das relações interindividuais ou da sintonia entre grupos, mas pelo assentamento do sujeito num domínio de saber afetado pela ideologia. O interdiscurso é apresentado como o lugar onde os enunciados dos quais se apropria o sujeito enunciator, constituindo-se como objeto do “seu” discurso, é o lugar onde se encontram as formulações já produzidas nos discursos anteriores. No entanto, ao serem retomadas em um novo discurso, essas formulações pré-construídas perdem, no movimento de atualização desse discurso, a condição de pré-construído. Segundo Pêcheux o discurso não existe isoladamente, ele se relaciona com outros discursos, para contrapor-se, para responder, para aliar-se.

Concluiremos esse ponto, dizendo que o funcionamento da Ideologia em geral como interpelação dos indivíduos em sujeitos (e, especificamente, em sujeitos de seu discurso) se realiza através do complexo das formações ideológicas (e, especificamente, através do interdiscurso intrincado nesse complexo) e fornece “a cada sujeito” sua “realidade”, enquanto sistema de evidências e de significações percebidas – aceitas – experimentadas. (Pêcheux, 2002, p. 162).

Para a AD, o que interessa é verificar o funcionamento discursivo em que sistematicidades linguísticas agem, juntamente com a história, na produção de sentidos, ou seja, para a AD a língua é uma língua material, uma vez que para a Linguística importa a língua em sua forma abstrata: “(...) a oposição concreto/abstrato não poderia se superpor à oposição discurso/língua: *a discursividade não é a fala* (parole), isto é, uma maneira individual “concreta” de habitar a “abstração” da língua, não se trata de um uso, de uma utilização ou da realização de uma função. (Ibid., p. 91)”.

Sendo assim, a Linguística vê a língua como autônoma e abstrata, ignorando a importância da exterioridade para a produção de sentido. Já para a AD, essa autonomia da língua é relativa, pois ela é sempre afetada pela história e, seus processos de produção do sentido. Dessa forma, essa língua constituída pela história, nos processos de produção do sentido, não é transparente, ela apresenta uma opacidade proveniente dessa constituição.

O objeto de estudo do analista do discurso é o funcionamento da língua e a teoria do discurso inscreve-se na articulação de diferentes áreas: a Linguística e o materialismo histórico, ou seja, a AD se constrói a partir da determinação histórica dos processos de significação, ela concebe o linguístico vinculado ao seu exterior, o qual determina o dizer do sujeito interpelado ideologicamente. O objeto de estudo da AD é a palavra em movimento. A AD estabelece um modo diferente de entender o texto, observa o discurso – seu objeto teórico – através do texto – seu objeto empírico – e, dessa forma, o texto é entendido como uma unidade imaginária e é através do ideológico que a unidade imaginária do texto instaura seus efeitos de sentido.

A AD não separa a língua da linguagem ou da fala, uma vez que não se pode encontrar a língua fora de uso, desprovida de sujeito e de sentido. Para a AD, a noção de discurso não vem se colocar no lugar da linguagem concebida como execução da língua. O discurso é idealizado, no entendimento da AD, não como mera execução, mas como ato social (histórico-ideológico) da língua, no qual estão mobilizados o sujeito, o sentido e a história (ideologia). Há várias possibilidades de produzir sentidos de acordo com a posição em que está inscrito o sujeito no discurso.

O imaginário da língua (re)produzido na escola e na sociedade, aponta para uma língua normatizada pela gramática, a qual se constrói em um sistema linguístico fechado, hegemônico e homogêneo. Esse sistema, assim configurado, baseia seu funcionamento em suas próprias leis internas, constituindo-se num sistema fechado a tudo que não corresponde à ordem própria da língua, a sua estruturação interna: à exterioridade, à história e, conseqüentemente, à opacidade do sentido.

Para a AD, o pensamento, sempre que ponderado por intermédio da língua, sofre um processo de refração, pois a língua, em sua materialidade, em uso, está composta pela história, pela interpretação, e seu sentido não pode ser contido. Não há como garantir que a história de uma estrutura linguístico-discursiva seja a mesma para todos os interlocutores expostos a uma determinada situação discursiva.

Para Pêcheux não se pode analisar um discurso como um texto, como uma sequência fechada, uma unidade com início, meio e fim, mas deve-se relacioná-lo a outros discursos.

As informações imaginárias intervêm na formação dos efeitos de sentido, à proporção que transcorrem das imagens que o sujeito projeta sobre o seu lugar e sobre o lugar do outro e sobre o referente, ao gerar/interpretar um determinado discurso. O sentido do discurso, de acordo com Pêcheux (1997a) ocorre no entreato entre os interlocutores do discurso, os quais não representam uma figura física, empírica, mas lugares determinados na estrutura de uma formação social.

As condições de produção são fundamentais para que sejam construídos efeitos de sentido. Além delas, outros conceitos são importantes para entendermos como são produzidos os efeitos de sentido de um discurso. Dessa forma, como o discurso é uma das práticas em que a ideologia se materializa e para que se possa entender a relação do discurso com a ideologia, é necessário destacar dois conceitos fundamentais: o conceito de Formação ideológica (FI) e o conceito de formação discursiva (FD).

No entendimento de Pêcheux, a instância ideológica é determinada pela instância econômica, ou seja, o ideológico é uma das formas de reprodução/transformação da base econômica, mais definidamente das relações de produção que a sustentam. É a partir dessa compreensão que Pêcheux chega à representação da exterioridade na língua. Uma das formas em que a reprodução das relações de produção funciona é por intermédio da interpelação e do assujeitamento do sujeito. Essa interpelação é da ordem do inconsciente e produz para o sujeito a impressão de que ele é a origem de seu dizer e dono de seu desejo.

Se estamos destacando “condições ideológicas da reprodução/transformação das relações de produção”, é porque a área da ideologia não é, de modo algum, o único elemento dentro do qual se efetuará a reprodução/transformação das relações de produção de uma estrutura social; isso seria ignorar as determinações econômicas que condicionam “em última instância” essa reprodução/transformação, (...). (Pêcheux, 1997, p.143).

No entendimento de Pêcheux (1997a), as Formações ideológicas representam posições de classe em conflito. Isso justificaria a possibilidade de se falar dos mesmos instrumentos/objetos de forma distinta desde que os sujeitos estejam afetados por Formações Ideológicas contrárias. Ele ainda agrega que é no seio de uma Formação Discursiva que se efetua o assujeitamento ideológico do sujeito e é a partir da FD que sujeito e sentido se compõem e o fazem de forma simultânea.

Para o filósofo francês, uma Formação Discursiva representa, na linguagem, as Formações Ideológicas:

Isso equivale a afirmar que as palavras, expressões, proposições, etc., recebem seu sentido da formação discursiva na qual são produzidas: retomando os termos que introduzimos acima e aplicando-os ao ponto específico da materialidade do discurso e do sentido, diremos que os indivíduos são “interpelados” em sujeitos falantes (em sujeitos do seu discurso) pelas formações discursivas que representam “na linguagem” as formações ideológicas que lhes são correspondentes. (Ibid., p. 160 – 161).

Segundo Courtine (2009), o domínio do saber de uma FD se constitui a partir da articulação dessa FD com uma FID. Esse território de saber ao mesmo tempo que determina aquilo que pode e deve ser dito (princípio da aceitabilidade discursiva) determina também o que não pode e não deve ser dito (princípio da exclusão). O domínio do saber de uma FD demarca, dessa forma, o interior (conjunto dos elementos de saber de uma FD) e o exterior de uma FD (conjunto dos elementos que lhe são exteriores) e que fazem parte do interdiscurso.

Para Pêcheux e Fuchs (1997a), uma palavra adquire seu significado/sentido a partir de suas relações com outros elementos que formam a mesma FD; a palavra não tem um significado/sentido literal, os efeitos de sentido são construídos em função das posições ideológicas num determinado processo histórico-social em que essa palavra é produzida. Uma mesma sequência discursiva poderá ter efeitos de sentido diversos, segundo Pêcheux e Fuchs, dependendo da FD em que estiver inscrita, isto é, as palavras mudam de sentido de acordo com os lugares daqueles que as empregam. Os efeitos de sentido são produzidos a partir da associação de uma palavra a uma determinada FD, isto é, conforme o autor: “(...) Queremos dizer que, para nós, a produção do sentido é estritamente indissociável da relação de paráfrase entre sequências,

tais que a família parafrástica destas sequências constitui o que se poderia chamar a “matriz do sentido”, (...). (Pêcheux, 1997a, p. 169).

É através da língua que o sujeito se constitui, é a partir dos primeiros contatos com a língua que o sujeito vai reproduzindo/produzindo a sua imagem, os seus saberes sobre o mundo e sobre si mesmo. A partir de uma leitura sobre as ideias do Barão de Münchhausen, o qual se erguia no ar puxando-se pelos próprios cabelos, Pêcheux chama de *efeito Münchhausen* ao efeito sujeito, isto é, a ilusão subjetiva.

É inspirado pela tese de Althusser sobre a interpelação ideológica que Pêcheux amadurece a noção de sujeito no discurso. A matéria relacionada à evidência do sujeito e do sentido colabora para que seja feita uma analogia entre ideologia e inconsciente: tanto o inconsciente como a ideologia têm a peculiaridade de simular sua existência através de evidências subjetivas. Quando falamos em sujeito e em interpelação, entendemos que esse sujeito interpelado é levado a ocupar seu lugar numa determinada classe social. As classes sociais, por sua vez, mantêm, entre si, relações de confronto, de aliança, de antagonismo ou dominação.

Outro conceito importante é trazido de Althusser para teorizar o funcionamento imaginário do sujeito: a Forma-sujeito, ou seja, é no nível vertical de constituição do enunciado, como elemento de saber de uma determinada FD, que está situada a instância do sujeito de saber próprio a uma FD.

Na visão de Pêcheux, é a Forma-sujeito que disfarça o interdiscurso no intradiscurso, como um já-dito do intradiscurso, no qual ele se pronuncia por co-referência, sendo o intradiscurso, enquanto linha do discurso, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma exterioridade determinada como tal no “exterior”.

(...). Nesse sentido, pode-se dizer que o intradiscurso, enquanto “fio do discurso” do sujeito, é, a rigor, um efeito do interdiscurso sobre si mesmo, uma “interioridade” inteiramente determinada como tal “do exterior. E o caráter da forma-sujeito, com o idealismo espontâneo que ela encerra, consistirá precisamente em reverter a determinação: diremos que a forma-sujeito (pela qual o “sujeito do discurso” se identifica com a formação discursiva que o constitui) tende a absorver-esquecer o interdiscurso no intradiscurso, (...). (Pêcheux, 1997, p. 167).

Em Pêcheux, a noção de sujeito é realizada através da interpelação do indivíduo em sujeito ideológico, inscrito em uma determinada FD, a partir da qual constrói seu discurso. O lugar ocupado pelo sujeito do enunciado é aparentemente vazio, pois ele é preenchido pelo sujeito universal, pelo sujeito de saber próprio a uma FD determinada. Esse lugar ocupado pelo

sujeito é um lugar histórico e ideológico, só podendo ser preenchido por um sujeito ideologicamente assujeitado ao domínio de saber em que está inscrito o lugar que ele passa a ocupar.

O sujeito do discurso relaciona-se com o sujeito de saber da FD em que está inscrito, através de uma relação que esse estabelece entre eles, a qual é denominada de posição-sujeito. As diversas relações que o sujeito estabelece com o sujeito de saber de uma FD irão produzir diferentes posições sujeito. O sujeito, sob essa perspectiva, não pensa sobre a ideologia (como algo exterior a ele), mas a partir dela, como parte constitutiva de sua identidade.

Esse sujeito é essencialmente histórico, porque sua fala revela o tempo e o lugar em que foi produzida. É a partir do lugar em que o sujeito ocupa numa determinada formação social que ele situa seu discurso em relação ao discurso do outro. Outro esse, que é tanto a antecipação do seu interlocutor para o qual regula sua fala, quanto os discursos já produzidos anteriormente (interdiscurso).

O interdiscurso, noção fundamental para a AD, é definido como um todo complexo com “dominante” das formações discursivas. Esse conceito surge no segundo momento do percurso teórico de Pêcheux, com a agregação dos conceitos de formação discursiva e *interdiscurso*, passando a serem objeto de estudo as relações entre as máquinas discursivas estruturais. O *interdiscurso* seria um conjunto de discursos de um mesmo campo discursivo ou de campos distintos, em épocas diferentes.

É importante trazer à luz a noção de *pré-construído* proposta por Pêcheux (1999: p. 163 – 164) como um dos elementos do *interdiscurso*, o que corresponde a enunciados provenientes de discursos anteriores, outros, como se esses elementos já estivessem *sempre-já-aí*, resultantes da interpelação ideológica, segundo a qual a *realidade* oferece, determina e impõe seu *sentido sob a forma da universalidade*.

Outro elemento do interdiscurso lembrado por Pêcheux corresponde às *articulações* justamente por possibilitar uma relação do sentido pré-construído, com um sentido a ser elaborado. Para Pêcheux, o *pré-construído* “remete simultaneamente àquilo que todo mundo sabe, isto é, aos conteúdos de pensamento do sujeito universal, suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em uma situação dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do contexto situacional” (Id., 1999: p. 171).

Juntamente com o *interdiscurso* há o *intradiscurso* que, segundo Pêcheux (1999: p. 167), enquanto *fião do discurso* do sujeito, é um efeito de *interdiscurso* sobre si mesmo. É ele que nos consente buscar o discurso dos outros pela memória discursiva, pois entendemos que tanto o *intradiscurso* quanto o *interdiscurso* fazem parte de uma cena discursiva sócio-histórica-ideológica. São o *intradiscurso* e o *interdiscurso* que nos remeterão à rede completa das FD, as quais todo dizer está inserido e que nos darão o caminho para entendermos a exterioridade discursiva. É na dimensão vertical (*interdiscurso*) que se coloca o saber da FD e na dimensão horizontal (*intradiscurso*) que os elementos desse saber linearizam-se. O *intradiscurso* está relacionado àquilo de que estamos falando naquele momento real, em determinadas condições e, de certa forma, está ligado à materialidade linguística.

O *interdiscurso* disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma determinada situação discursiva. Tudo o que já se disse sobre um assunto e seus correspondentes estão, de algum modo, significando ali, interpelando os sujeitos. Todas essas opiniões já ditas por alguém, em algum lugar, em outros momentos, mesmo muito longínquos, têm um efeito sobre o que é dito em algum lugar e trazem diferentes pressuposições. Dentro dessa perspectiva, os elementos do *interdiscurso*, que Pêcheux denomina *pré-construídos* disfarçam o *assujeitamento* do sujeito-falante, embora ele acredite, sob o aspecto de uma autonomia, ser a fonte de seu discurso. Contudo, o sujeito nada mais é do que o suporte.

O termo *pré-construído* foi introduzido por Paul Henry (1997, p. 95 – 103) nas reflexões da AD para designar uma construção anterior, exterior e independente em oposição àquilo que está sendo formulado num determinado discurso. Paul Henry e Pêcheux trazem para o interior da própria linguagem aquilo que era considerado como o mundo das coisas do pensamento, cuja apreensão se daria independentemente do mundo do discurso. Os sentidos das palavras são produzidos através dos discursos, onde esses sentidos são retomados como sentido literal, único, transparente pelo efeito da ideologia.

Nessa ação de acomodação dos sentidos, o sujeito “se esquece” de onde vem esse sentido e imagina-se na origem do seu dizer. Ao ser recuperado o dizer, apaga-se dele toda sua historicidade, toda a opacidade de sua constituição e o discurso passa a transitar como se o sentido ali produzido tivesse uma única direção e, sendo assim, o sujeito do discurso tem a ilusão de que está no começo desses sentidos.

O pré-construído remete, de acordo com Pêcheux (1997), às evidências (o já-lá) através dos quais o sujeito constrói seu discurso: aquilo que cada um sabe, que cada um domina numa determinada situação. Se o pré-construído dá seus objetos ao sujeito enunciator sob a condição da exterioridade e preexistência, essa propriedade se apaga à medida que o sujeito se identifica com a Forma-sujeito da FD.

No entendimento de Pêcheux, o interdiscurso, enquanto discurso transversal, atravessa e põe em conexão os elementos discursivos provenientes de determinado interdiscurso, enquanto pré-construído, fornecendo, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito falante”, a partir da FD que o assujeita. A noção de interdiscurso acarreta uma reformulação da noção de Formação Discursiva, pois a possibilidade da presença da contradição no interior de uma mesma FD atesta um novo elemento para a noção de FD, a heterogeneidade, uma vez que: “(..) que o *interdiscurso enquanto discurso-transverso* atravessa e põe em conexão entre si os elementos discursivos constituídos pelo *interdiscurso enquanto pré-construído*, que fornece, por assim dizer, a matéria-prima na qual o sujeito se constitui como “sujeito-falante”, com a formação discursiva que o assujeita. (...). (Pêcheux, 1997, p. 167)”.

Outra noção fundamental é trazida por Courtine (1999), é a noção de *memória discursiva*. Ao trazer o domínio de memória para o âmbito da AD, diz que essa noção, assim constituída, inscreve-se no interdiscurso como algo exterior, pré-construído do qual o sujeito se apropria para produzir o seu dizer, porém, deve-se ressaltar que esse sujeito, capturado pela ilusão de origem do sentido, realiza uma apropriação inconsciente e, sendo assim, esses pré-construídos passam a se constituir de uma “voz sem nome”. Essa memória discursiva permite ao sujeito produzir o seu dizer, enquanto pré-construído, sob a forma do já-dito, que naturaliza e sustenta todo o dizer, assemelhando-se a memória plena.

Segundo Pêcheux (1999), a memória discursiva atualiza, reestabelece os implícitos que permitem ao dizer produzir sentido. Esses implícitos são, no dizer de Pêcheux, os pré-construídos, os discursos transversos; são as definições do interdiscurso no intradiscurso, ou seja, tudo tem uma exterioridade constitutiva, uma história, a partir da qual esse dizer aflora, podendo ser acatado através da memória discursiva. Para ele a memória discursiva não é uma memória psicológica, individual, mas uma memória vinculada a práticas sociais inscritas na história, ou seja, uma memória coletiva.

O pré-construído, quando reconstruído com deslocamentos, lacunas, ocasiona um efeito de apagamento do repetível, ocasionando uma descontinuidade na memória do dizer, provocada pela conjugação da lacuna a essa memória. Para Courtine (1999), esse funcionamento constitui uma memória lacunar. E o autor acrescenta que a aplicação da memória começa no momento em que um enunciado é atualizado em um discurso, produzindo, nesse movimento de articulação do interdiscurso com o intradiscurso, uma inferência de memória, ou seja, as palavras já possuem um significado/sentido quando são atualizadas em um discurso e elas só passam a ter sentido dentro do momento atual em que são enunciadas, à proporção que esse sentido pré-existente se torna claro através de um efeito de memória.

No entendimento de Courtine (1999), há uma relação intrínseca do esquecimento com a memória na enunciação política. Ao produzir efeitos de sentidos, a língua está exposta aos deslizamentos de sentidos e à opacidade. Ao retomar os sentidos, essa língua opaca pode acarretar o surgimento de um novo sentido. Para Pêcheux, uma unidade só adquire sentido à medida que essa sequência pode ser concebida como pertencente a uma determinada Formação Discursiva.

A concepção de linguagem de Castoriadis

Ao discutir temas como o pensamento, a vida cotidiana, a percepção e a expressão, Castoriadis (1978, p. 136) evidencia a relevância da linguagem na construção social da realidade, concebendo-a como o mais importante sistema de sinais da sociedade humana. Através de seus conceitos podemos entender porque a linguagem pode relacionar-se com a discussão de temas tão diferentes. Segundo ele, a reflexão da linguagem é simultaneamente "reflexão dos últimos e primeiros problemas da filosofia; não porque ela os reabsorve, mas, exatamente ao contrário, porque é a sua encruzilhada privilegiada que se espalha em todas as direções" (Castoriadis, 1978, p. 136).

A linguagem é um fenômeno inicial, anterior até mesmo ao pensamento, pois este só se torna possível através dela; não sendo permitido pensar sem uma estrutura linguística que expresse sentimentos, conceitos ou dúvidas. Castoriadis, seguindo a Merlau-Ponty, é categórico: "só se pode pensar se se recebe uma linguagem" (Castoriadis, 1978, p. 137). Neste sentido, a linguagem é conformadora da ação. É anterior e primordial para todas as atitudes. Ela é um elemento da cultura.

Para Castoriadis, a ligação entre sociedade e linguagem é entendida desta forma: "toda organização da língua apoia-se na organização do mundo, pois ela se apoia necessariamente no invisível do visível" (Ibid., p. 141). A língua exprime o significado do visível, o valor simbólico que ele possui, sua relatividade, que varia de acordo com a cultura, assumindo diversos significados. Castoriadis observa ainda que: "A língua não organiza somente um mundo natural, ou seja, perceptivo, mas faz existir um mundo histórico e faz os dois de uma só e mesma vez. (...) O que a língua como língua exprime, portanto, é também a socialidade-historicidade. (Ibid., p. 144)".

A relevância da linguagem ainda decorre do fato de que ela faz existir o mundo, organiza-o como mundo perceptivo, histórico e constituído como natural; uma organização do mundo sócio histórico, cujos elementos centrais são a racionalidade, a operação e a manipulação colocadas de forma simultânea aos homens e as suas relações, às coisas, e, conseqüentemente, à própria língua. Tal qual o pensamento, a percepção só é possível se posterior às significações ligadas à linguagem. Castoriadis lembra que:

A própria percepção é instituída, uma vez que a linguagem só pode deitar 'raiz num mundo sensível que já havia deixado de ser mundo privado', uma vez que, clássica ou não, há sempre de uma forma qualquer, uma perspectiva e que esta não é uma lei de funcionamento da percepção, que ela depende da ordem da cultura, que ela é uma das maneiras inventadas pelo homem de projetar diante dele o mundo percebido e não o decalque desse mundo (Castoriadis, 1978, p 145).

Podemos entender a percepção como a compreensão da realidade, seja subjetivada ou objetivada. Na percepção, o que vale é a significação do objeto ou a das emoções. Ela é o elemento identificador no mundo dos objetos e no mundo das emoções. A percepção é uma esfera através do qual o homem pode compreender o mundo e o realiza através da linguagem. Sendo assim, a linguagem traz um mundo social que atravessa toda interpretação e percepção que se tem dos objetos e suas situações subjetivas. Em tal contexto, o pensar, o perceber e o ter consciência tornam-se acontecimentos interligados e existentes somente através da linguagem. O pensar pode ser visto como uma ação de perceber, entender ou ter uma consciência do mundo, que por sua vez (numa relação dialética) também se organiza, e, por vezes, se cria a partir da ação de pensá-lo.

A linguagem dialoga com o outro, expressa diferentes significados e torna compreensível àquele que fala o seu próprio ser. Na hora em que ele dialoga com o outro, a linguagem torna evidente a sua subjetividade, não somente ao seu interlocutor, mas também para si próprio, sendo

um objeto de reflexão do sujeito sobre si mesmo. A reflexão do indivíduo leva a uma forma diferente de transcendência; através do pensamento, da objetivação linguística, torna possível conhecer e/ou experimentar um mundo, diferente ou não, atual ou não. Essa linguagem compõe-se de campos semânticos que dizem respeito à significação das palavras, a gestos, a expressões, compostos a partir da experiência histórica e que podem ser conservados, acumulados e/ou objetivados. Há campos semânticos referidos aos conhecimentos técnicos, artísticos, esportivos; campos que variam infinitamente de sujeito para sujeito. Acionados na vida cotidiana explicitam a interação com os demais sujeitos; dão sentido à ação que está sendo desempenhada; esteja esta última ligada às relações propriamente sociais ou à reflexão isolada.

No entendimento de Castoriadis a linguagem opera como um elemento primordial para o incremento da cisão dos indivíduos num grupo específico e para a sua demarcação com relação aos demais grupos. Demarcação que pode se expressar através de mitos, hábitos, valores morais, organização familiar, divisão sexual e social do trabalho, ritos religiosos. Expressões sociais que são reproduzidas e transmitidas de forma legitimada, ou seja, a linguagem tem a capacidade de expressar infinitas ideias e informações, indo muito além do hoje, do agora. Tem a capacidade de trazer às novas gerações o que foi vivenciado pelas mais antigas, assentindo uma manutenção do que foi construído, ou dando condições para possíveis transformações.

Castoriadis aclara a importância da linguagem na elaboração social da realidade, entendendo-a como o mais relevante sistema de sinais da sociedade humana, para ele a reflexão da linguagem é concomitantemente: “Reflexão dos últimos e primeiros problemas da filosofia; não porque ela os reabsorve, mas, exatamente ao contrário, porque é a sua encruzilhada privilegiada que se espalha em todas as direções. (Castoriadis, 1978, p. 136)”.

Nos processos de socialização e individualização a linguagem é um fenômeno primeiro, anterior até mesmo ao pensamento, pois este só se faz possível através dela; não sendo possível se pensar sem uma estrutura linguística que expresse dúvidas, conceitos ou sentimentos. Castoriadis é conclusivo: “só se pode pensar se se receber uma linguagem (Ibid., 1978, p. 137). Nesse entendimento, a linguagem é conformadora da ação. É preliminar e fundamental para todas as atitudes.

Castoriadis afirma: “toda organização da língua² apoia-se na organização do mundo, pois ela se apoia necessariamente no invisível do visível” (Ibid., p. 141). A língua expressa o significado do visível, o valor simbólico que ele possui, sua eventualidade, que oscila de acordo com a cultura, assumindo diversos significados. Castoriadis adverte ainda que a língua: “Não organiza somente um mundo natural, ou seja, perceptivo, mas faz existir um mundo histórico e faz os dois de uma só e mesma vez. (...) O que a língua como língua exprime, portanto, é também a socialidade-historicidade. (Castoriadis, 1978, p. 144)”.

A significação da linguagem também decorre do fato de que ela faz existir o mundo, agrupa-o como mundo histórico, perceptivo e formado como “originário”, uma disposição do mundo sócio histórico, cujas figuras centrais são a racionalidade, a operação e a manipulação aplicadas simultaneamente às coisas, aos homens e suas relações e, conseqüentemente, à língua. Assim como o pensamento, a percepção só é possível se subsequente às significações ligadas à linguagem, Castoriadis observa que:

A própria percepção é instituída, uma vez que a linguagem só pode deitar ‘raiz num mundo sensível que já havia deixado de ser mundo privado’, uma vez que, clássica ou não, há sempre de uma forma qualquer, uma perspectiva e que esta não é uma lei de funcionamento da percepção, que ela depende da ordem da cultura que ela é uma das maneiras inventadas pelo homem de projetar diante dele o mundo percebido e não o decalque desse mundo. (Castoriadis, 1978, p. 145).

Pode-se entender a percepção como a captura da realidade, seja objetivada ou subjetivada. Na assimilação o que vale é a significação do objeto ou a significação das emoções, ou seja, ela é o elemento diferenciador no mundo dos objetos e no mundo das emoções. A percepção é um meio por intermédio do qual o homem pode entender o mundo, e o faz baseado na linguagem. Nesse significado, a linguagem argumenta de um mundo social que permeia toda interpretação e percepção que se tem dos objetos e suas situações subjetivas. Dessa forma, pensar, perceber e ter consciência tornam-se fenômenos interligados e existentes somente através da linguagem.

Criação é a capacidade de fazer surgir o que não estava dado, e a imaginação, a capacidade de colocar uma nova forma – capacidades que são comuns a todos os homens. Criação não é indeterminação. É posição de novas determinações, criação de novas formas. Um conjunto de determinações, de leis, de possíveis e impossíveis é definido a partir do momento em que a nova forma é colocada. Deste modo, as sociedades, as obras e os indivíduos que florescem

² A relação língua e linguagem se estabelece a partir do entendimento de que a última recobre a primeira como práxis.

no desenvolvimento da história humana, são criações e não atualizações de possíveis já postos. “Eles são criações, a partir das quais aparecem novos possíveis que anteriormente não existiam, pois eram privados de sentido” (Ibid., p. 87).

Para Castoriadis, é o imaginário social enquanto capacidade criadora do anônimo coletivo, que cria a linguagem, as instituições, os costumes. Mas a liberdade da sociedade para constituir seu simbolismo não é absoluta: “o simbolismo se crava no natural e no histórico (ao que já estava lá)” (Ibid., p.152). Em sua perspectiva, a linguagem é, então, “uma criação do coletivo anônimo, é o imaginário instituinte, é o imaginário social” (Ibid., p. 91). Percebemos assim uma intrincada relação entre o imaginário e a linguagem ou o simbólico de uma maneira geral: o imaginário utiliza o simbólico, não somente para exprimir-se, mas para existir enquanto tal; inversamente, o simbolismo pressupõe a capacidade imaginária, a capacidade de ver em uma coisa o que ela não é ou de vê-la diferente do que é.

As significações de uma sociedade são também instituídas, direta ou indiretamente, em e por sua linguagem. Esta, para Castoriadis, apresenta dois enfoques inseparáveis: existe como língua, enquanto significa, enquanto se refere a um conjunto de significações; e como código, enquanto organiza e se organiza. A linguagem comporta, então, uma dimensão conjuntista-identitária no que tange aos seus significados. Colocando de outra forma, “as significações são também constituídas, em parte, como código” (Castoriadis, 1982, p. 282). Toda significação possui essa dimensão lógica, mesmo as que não têm nenhuma relação com o real ou o racional, concebidos de forma estrita.

Dessa forma, em Castoriadis, embora a escolha da linguagem por uma dada sociedade seja sempre determinada “pelo que já estava lá”, pelo sistema de significações já constituído historicamente, ela é também aberta, à medida que a própria linguagem permite e possibilita novas articulações, novos sentidos e ressignificações. Se não podemos sair da linguagem, nossa mobilidade nela é ilimitada e possibilita “tudo questionar, inclusive a própria linguagem e nossa relação com ela” (Ibid., p.153). Assim, nem o indivíduo nem a sociedade são totalmente livres na constituição do simbolismo.

A psique se apropria do social pela constituição de uma interface de contato entre o mundo privado e o mundo público ou comum. Esses fatores estariam presentes no conceito de Imaginário Social como ‘rede de sentidos’ que: “Consiste em ligar símbolos (significantes) a significados (representações, ordens, injunções, ou incitações para fazer ou não fazer,

consequências ou significações no sentido amplo do termo) e fazê-los valer como tais, ou seja a tornar esta ligação mais ou menos forçosa para a sociedade ou o grupo considerado. (Castoriadis, 1982, p. 414)”.
Nesses sistemas ratificados apareceriam crenças e fantasias, desejos e necessidades, raciocínios e intuições: uma escala de elementos estruturais que perpassam das atividades da razão e da imaginação e estabelecem o processo de simbolização. Sendo assim, a Teoria das Representações Sociais e o Imaginário Social apontam um fragmento da realidade, como uma associação, que institui histórica e culturalmente, o conjunto das interpretações, das experiências individuais, vividas e construídas coletivamente.

Essa rede de sentidos inicia, sob diversos aspectos, o comportamento coletivo, na medida em que valores, normas e proibições, como códigos coletivos, são internalizados, atribuídos pelos agentes sociais. Códigos que exprimem as necessidades, os interesses, os desejos, as expectativas desses agentes. Eles apontam para além das suas necessidades objetivas: falam dos desejos e das fantasias que conferem aos objetos, às imagens, às próprias relações de dupla dimensão: real e imaginária.

Essa rede de sentidos inicia, sob diversos aspectos, o comportamento coletivo, na medida em que valores, normas e proibições, como códigos coletivos, são internalizados, atribuídos pelos agentes sociais. Códigos que exprimem as necessidades, os interesses, os desejos, as expectativas desses agentes. Eles apontam para além das suas necessidades objetivas: falam dos desejos e das fantasias que conferem aos objetos, às imagens, às próprias relações de dupla dimensão: real e imaginária.

A partir disso, o simbólico apresenta-se como uma maneira de pensar o imaginário, de representá-lo, de evocar uma imagem. Sobre isso, Castoriadis escreveu que: “As profundas e obscuras relações entre simbólico e o imaginário aparecem imediatamente se refletimos sobre o seguinte fato: o imaginário deve utilizar o simbólico não somente para “expressar-se”, o que é óbvio, mas para “existir” para passar do virtual a qualquer coisa a mais. (Castoriadis, 1982. p.154).

Para Castoriadis o imaginário se define pela imagem que os indivíduos e os grupos sociais têm do mundo, dos objetos e dos seres que compõem este mundo, bem como a imagem que fazem de si mesmos, de suas necessidades, de suas finalidades e de seus valores.

Considerações finais

A proposta de Pêcheux é compreender como os processos discursivos são constituídos e como as formações discursivas se constituem, mostrando que a língua e a história não são transparentes para o sujeito. A contribuição da escola francesa de AD passa pelo entendimento de que se a língua é premissa do discurso. É em razão da enunciação, enquanto complexo de mecanismos que são concomitantemente fenômenos linguísticos e lugares de reflexão filosófica,

que se viabilizam a realização, sobre uma mesma base linguística, de processos discursivos distintos e ideologicamente determinados.

Para Castoriadis, o imaginário é essa oportunidade contínua de definir e dar significado a absolutamente todas as coisas, em uma prática de representação tanto do que já foi nos “dado” pelo imaginário instituído, quanto é criado por nós na prática do imaginário radical. O imaginário instituído é apreendido pelo homem como inquestionável, mesmo que seja objeto de transformações contínuas pelo imaginário instituinte, tendo uma relação com o que é questionado pelo sujeito, no exercício de uma reflexão sobre si e sobre o mundo.

Pêcheux, ao tratar do imaginário, traz o conceito das “formações imaginárias” que movimentam-se por todo o discurso. Ao apropriar-se da palavra, ou seja, ao se projetar no simbólico, o sujeito o realiza atravessado pela imagem que faz de si mesmo, de seu interlocutor, da posição por ele ocupada, entre outros jogos de formações (Pêcheux, 1997). Dessa forma, a posição apropriada pelo sujeito, no discurso, se dá a partir do imaginário, que possibilita projeções, antecipações, que não se dão fora de estruturas sociais e ideológicas já definidas.

É através do imaginário que o sujeito estabelece relações com a realidade. Essa relação não é direta, mas mediada pela linguagem na qualidade de campo simbólico de elaboração do sentido. O imaginário não se opõe à realidade, uma vez que é parte constitutiva dela, um efeito do real. O discursivo é a ligação entre a ordem do imaginário, do ideológico, e a ordem simbólica a ordem das palavras. A ideologia é interpretação e direcionamento de sentidos em certa direção, direção essa determinada pela história.

Referências

- CASTORIADIS, C. *O dizível e o indizível. Homenagem a Maurice Merleau-Ponty*. In: As encruzilhadas do labirinto. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978.
- _____. *A Instituição Imaginária da Sociedade*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
- _____. *A Criação Imaginária*. Porto Alegre, Artes e Ofícios, 1992.
- _____. *As encruzilhadas do labirinto II: domínios do homem*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- _____. *As encruzilhadas do labirinto III: o mundo fragmentado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- _____. *As encruzilhadas do labirinto V: feito e a ser feito*. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.
- COURTINE, J-J. *O chapéu de Clémentis. Observações sobre a memória e o esquecimento na enunciação do discurso político*. In: INDURSKY, F & FERREIRA, M. C.L. *Os múltiplos territórios da Análise do Discurso*. p. 15 a 22. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 1999.

- _____. *O mentir verdadeiro*. In: Arte da mentira política. P. 13 a 26. Campinas, Pontes, 2006.
- _____. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Carlos, EduFScar, 2009.
- GADET, F & HAK, H. *Por uma análise automática do discurso. Uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Campinas, Pontes, 1990.
- HENRY, Paul. Construções relativas e articulações discursivas. *Cadernos de Estudos Linguísticos* (19): 43 – 64. Campinas, IEL, UNICAMP, 1990.
- _____. Fundamentos teóricos da “Análise Automática do Discurso” de Michel Pêcheux (1969). In: GADET, F. e HAK, T. (org.). *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. São Paulo: UNICAMP, 1997.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Interpretação; autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. Petrópolis: Vozes, 1996.
- _____. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 1987.
- _____. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.
- PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. Trad. De Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Unicamp, 1997.
- _____. *Análise do Discurso: três épocas (1983)*. In: GADET F.; HAK, T. (Orgs.) *Por uma Análise Automática do Discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. Trad. de Eni P. Orlandi. Campinas: Unicamp, 1997a.
- _____. *Papel da memória*. In: ACHARD, P. *et al. Papel da memória*. Trad. De J. H. Nunes. Campinas: Pontes, 1999.
- _____. *O Discurso - estrutura ou acontecimento*. Trad. de Eni P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Pontes, 2002.
- _____. *Delimitações, inversões, deslocamentos*. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*, 19. Campinas: IEL/Unicamp, jul. /dez. 1990.
- _____; FUCHS, C. *A propósito da análise automática do discurso: atualização e perspectivas*. In: GADET, F.; HAK, T. *Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pêcheux*. 3 ed. São Paulo: UNICAMP, 1997.
- SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo: Ed. Cultrix, 1995
- ZANDWAIS, Ana. Linguagem e ensino: saberes linguísticos e literários dominantes em compêndios escolares. *Revista Organon*. V. 17, n. 35. p. 19 – 38. 2003.

Recebido em: 06/08/2024; Aceito em: 06/08/2024.